

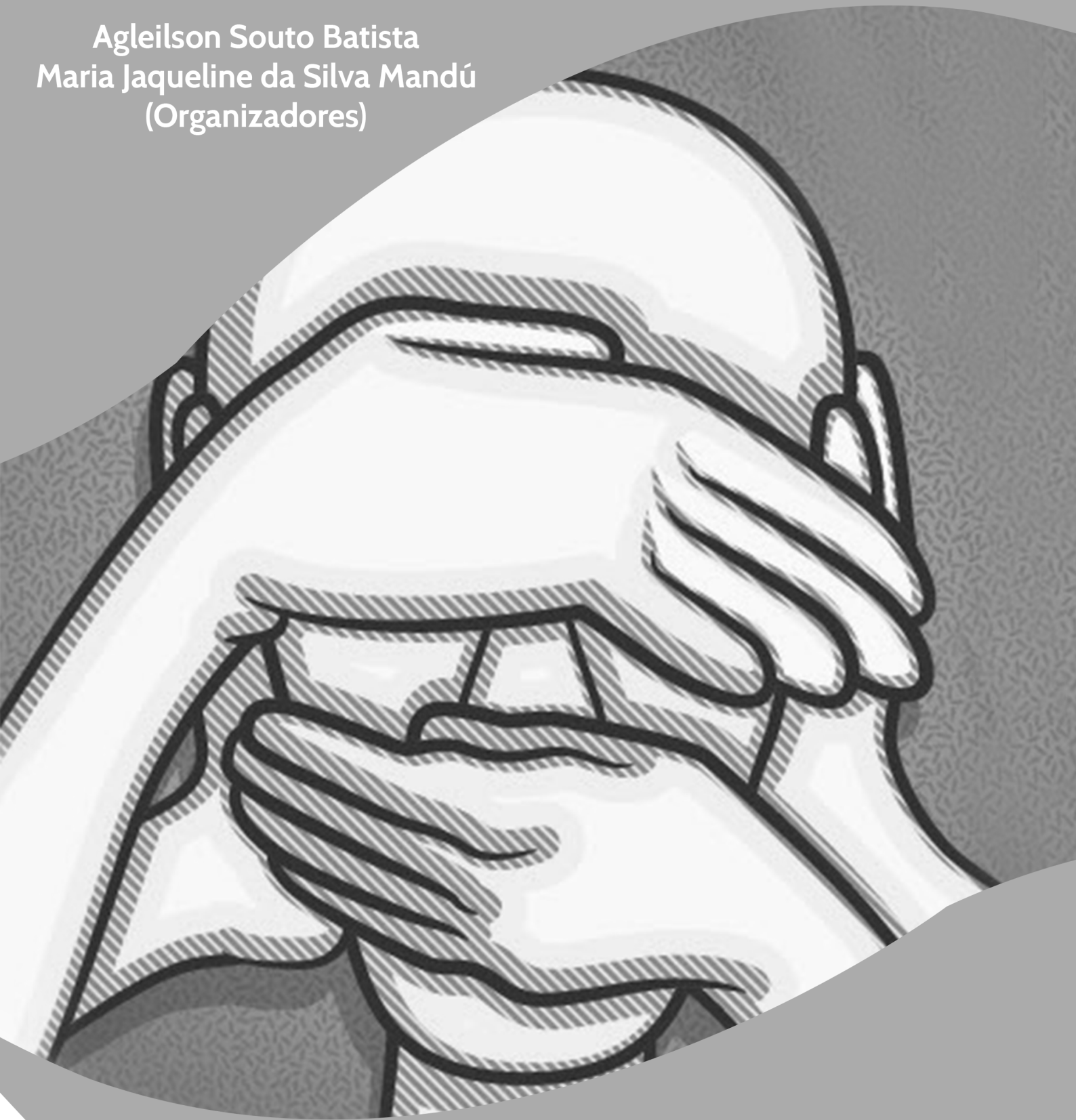
Utopias e Distopias da Ciência Política 2

Agleilson Souto Batista
Maria Jaqueline da Silva Mandú
(Organizadores)



Utopias e Distopias da Ciência Política 2

Agleilson Souto Batista
Maria Jaqueline da Silva Mandú
(Organizadores)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

U91 Utopias e distopias da ciência política 2 [recurso eletrônico] /
Organizadores Agleilson Souto Batista, Maria Jaqueline da Silva
Mandú. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-963-9

DOI 10.22533/at.ed.639202701

1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa –
Brasil. 3. Utopias. I. Batista, Agleilson Souto. II. Mandú, Maria
Jaqueline da Silva.

CDD 184

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo das ciências políticas é fértil e multidisciplinar posto que pode abranger diversas áreas do saber. Este livro, composto por cinco capítulos na forma de coletânea, traduz essa multidisciplinaridade ao refletir sobre as utopias e distopias da ciência política. As ideias aqui expostas por pesquisadores de diversos pontos do país cumprem a função de gerar relevante discussão acerca de temas instigantes e atuais.

No capítulo 1, intitulado ‘A IIRSA como instrumento para a consolidação brasileira no hemisfério sul-americano no pós-guerra fria’, o autor Patrick Wesley Mendes de Castro busca apresentar algumas considerações sobre as iniciativas de integração física da América do Sul à luz de uma perspectiva crítica, baseando-se em discussões oriundas da geopolítica a fim de fazer uma análise que permita ao leitor relacionar a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e os seus reais desdobramentos na prática. Ao final, conclui que, em sua concepção, o projeto foi sutil, mas alcançou seu escopo ao buscar unificar questões díspares, como comércio, integração de infraestrutura física, segurança tradicional, a necessidade de proteção da democracia, novas questões de segurança e cooperação internacional.

No segundo capítulo, ‘Democracia participativa, sistemas partidários: um estudo comparativo das cidades de Porto Alegre e Montevideu’, de autoria de Alejandro Lezcano Swartzkopf, buscou-se identificar elementos do sistema político e do sistema eleitoral que possam limitar ou estimular a participação da sociedade civil. As dinâmicas analisadas centram-se nos Conselhos de Vizinhança (CV) de Montevideu e os Fóruns de delegados do OP de Porto Alegre (PoA). Como principais resultados, obteve-se que, na amostra brasileira, o baixo enraizamento dos partidos na sociedade pode gerar efeitos negativos para a qualidade da participação, isto é, pode aumentar as probabilidades de cooptação dos governos sobre associações e representantes de organizações populares. Já no Uruguai, os vínculos de fidelidade partidária, por parte do eleitor, são fortes e foram construídos historicamente por diferentes mecanismos, no entanto, os Conselheiros monteviduanos que aspiravam a ser políticos profissionais estavam condicionados pelo interesse do partido. Nessa perspectiva, para serem candidatos, deveriam desenvolver uma carreira dentro do partido.

O capítulo 3, denominado ‘Governança eleitoral na Paraíba: uma análise sobre impugnações de candidaturas nas eleições gerais de 2016’, de Kyev Moura Maia e Celso Fernandes da Silva Júnior, visa à análise dos principais motivos que levam à impugnação do registro de uma candidatura, por meio da avaliação de 275 decisões judiciais alusivas ao pleito eleitoral de 2016, proferidas em 1ª e 2ª instâncias no Estado da Paraíba, com base no repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral. Dentre outros fatores, chegou-se à conclusão de que a documentação incompleta, seguida da ausência de filiação partidária constituem a maior parte dos motivos que geraram impugnações eleitorais no período analisado. Além disso, encontrou-se evidências de correlação entre o número de filiados por partido político e o número de candidaturas

impugnadas pela justiça eleitoral.

No capítulo 4, ‘Estado tecnocrático: noções e contrapontos acerca da tecnocracia’, os autores Francisco Humberto Viana Silva, Geilson Silva Pereira e Tamires Almeida Carvalho investigam a relação entre o modelo de Gestão Técnica e o modelo de Gestão Política, concluindo que o estudo acerca da identificação e desenvolvimento do Estado Tecnocrático, apesar de suas especificidades, pode contribuir para a Gestão Pública Eficiente.

E, finalmente, o capítulo 5, designado ‘Os trabalhadores da cultura no Brasil: análise do perfil sócio econômico e da influência das políticas culturais em anos recentes’, de Francisco Ricardo Calixto de Souza, avalia os dados relativos aos trabalhadores da cultura no Brasil, a partir de fontes oficiais e faz uma reflexão sobre a influência das políticas culturais no processo de formalização ou não desta força de trabalho. Verificando também a composição de renda e de escolaridade desses agentes culturais, além de refletir sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores ligados à “indústria” da cultura no Brasil. O autor conclui que há ausência de censos específicos, que dificulta a identificação da quantidade de trabalhadores e profissionais que atuam na cultura de forma informal como freelances, em 2020. Outrossim, supõe-se que sua renda oscila de acordo com a sazonalidade e precariedade desse tipo de trabalho, que não assegura os mesmos direitos garantidos ao trabalhador com carteira assinada.

Em suma, essa coletânea convida o leitor à reflexão acerca do papel da ciência política sob diferentes enfoques, de modo a contribuir para a construção de novas perspectivas quanto ao seu papel na sociedade.

Desejamos uma excelente leitura a todos(as)!

Agleilson Souto Batista
Maria Jaqueline da Silva Mandú

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IIRSA COMO INSTRUMENTO PARA A CONSOLIDAÇÃO BRASILEIRA NO HEMISFÉRIO SUL-AMERICANO NO PÓS-GUERRA FRIA	
Patrick Wesley Mendes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6392027011	
CAPÍTULO 2	21
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, SISTEMAS PARTIDÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS CIDADES DE PORTO ALEGRE E MONTEVIDÉU	
Alejandro Javier Lezcano Schwarzkopf	
DOI 10.22533/at.ed.6392027012	
CAPÍTULO 3	33
GOVERNANÇA ELEITORAL NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE SOBRE IMPUGNAÇÕES DE CANDIDATURAS NAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2016	
Kyeve Moura Maia	
Celso Fernandes da Silva Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6392027013	
CAPÍTULO 4	47
O ESTADO TECNOCRÁTICO: NOÇÕES E CONTRAPONTO ACERCA DA TECNOCRACIA	
Francisco Humberto Viana Silva	
Geilson Silva Pereira	
Tamires Almeida Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.6392027014	
CAPÍTULO 5	56
OS TRABALHADORES DA CULTURA NO BRASIL: ANÁLISE DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E DA INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM ANOS RECENTES	
Francisco Ricardo Calixto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6392027015	
SOBRE OS ORGANIZADORES	69
ÍNDICE REMISSIVO	70

OS TRABALHADORES DA CULTURA NO BRASIL: ANÁLISE DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E DA INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM ANOS RECENTES

Data de aceite: 20/01/2020
Data de submissão: 23/10/2019

Francisco Ricardo Calixto de Souza

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza, Ceará.

<http://lattes.cnpq.br/0581923473081041>

RESUMO: O presente artigo pretende analisar os dados relativos aos trabalhadores da cultura no Brasil, a partir de fontes oficiais e realizar uma reflexão sobre a influência das políticas culturais no processo de formalização ou não desta força de trabalho. Pretende também verificar a composição de renda e de escolaridade destes agentes culturais. Além de desejar refletir sobre o perfil sócio econômico destes trabalhadores ligados à “indústria” da cultura. Como resultado da análise documental efetivada constatou-se a urgente necessidade do levantamento de dados estatísticos atualizados pelo IBGE sobre os vários dados relativos aos trabalhadores (a) da cultura, com o intuito de atualizar-se a informação obtida de que a renda do emprego cultural representava no ano 2000: 2,7 % da renda geral no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalhadores da

cultura; políticas culturais; economia da cultura; renda; indústria cultural de massa.

CULTURE WORKERS IN BRAZIL: ANALYSIS OF THE SOCIAL ECONOMIC PROFILE AND THE INFLUENCE OF CULTURAL POLICIES IN RECENT YEARS

ABSTRACT: This article aims to analyze the data related to culture workers in Brazil, from official sources and to reflect on the influence of cultural policies in the process of formalization or not of this workforce. It also intends to verify the composition of income and education of these cultural agents. Besides wishing to reflect on the socio-economic profile of these workers linked to the “industry” of culture. As a result of the documentary analysis carried out, it was found the urgent need to collect statistics updated by IBGE on the various data related to cultural workers, in order to update the information obtained that the income from cultural employment represented in 2000: 2.7% of the general income in Brazil.

KEYWORDS: Culture workers; cultural policies; economy of culture; income; mass cultural industry.

1 | INTRODUÇÃO

“O termo industrial não se refere necessariamente à

produção industrializada da cultura, mas propriamente ao seu processo de estandarização, localizável inclusive em determinadas expressões artísticas. (...) a cultura, nesse sentido, encontra-se assimilada às formas industriais de organização do trabalho nos escritórios”.

Theodor Adorno ²

O parque industrial brasileiro que conhecemos hoje consolidou-se após a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) por Getúlio Vargas no ano de 1941. Desde então o número de trabalhadores industriais cresceu exponencialmente e atingiu seu auge nos anos 1980, onde surgiu e se fortaleceu nas cidades que compõem o chamado ABC paulista, um forte movimento sindical, que fez despontar lideranças nacionais como Lula e Jair Meneguelli, que criariam em 1982 o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No entanto, como o capitalismo e seu mercado de trabalho se transformaram e este incorporou elementos da eletrônica e da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) elevando sua produtividade com menos força de trabalho humana, ocorre uma drástica redução da população de trabalhadores industriais brasileiros e um forte processo de desindustrialização e migração de parte dos investidores para o capitalismo financeiro.

Um outro fator a se destacar são as idas e vindas das políticas públicas culturais perpassando a ditadura militar e a chamada Nova República, com a criação do Ministério da Cultura por José Sarney em março de 1985 através do decreto nº 91.144. Cabe salientar que concomitante a estes momentos históricos surgiram, cresceram e se consolidaram especificamente no Brasil e também no mundo as chamadas indústrias culturais de massa.

No entanto em contraposição a esta indústria da cultura de massa que é simbolizada pela indústria do áudio visual estadunidense, com os estúdios de hollywood e seus “produtos” culturais milionários, observa-se o processo de formação e resistência da identidade cultural do povo brasileiro que é fortemente constituído por elementos de cultura popular e tradicional ligada a grupos ditos minoritários como negros e negras, índios(a), ciganos, sertanejos, imigrantes etc. Mesmo que de modo resumido, é neste contexto histórico que surge um novo tipo de trabalhador. Este, não mais ligado, na maioria das vezes, à formalização através de carteira assinada e dos direitos trabalhistas básicos como 13º salário e férias; “*regalias*” asseguradas por anos de luta da classe operária brasileira.

Composta por iluminadores, cenógrafos, contrarregras, fotógrafos, operadores de câmera, roteiristas, atores, atrizes, diretores (a) de teatro, cineastas, críticos de teatro ou cinema, produtores (a) culturais, dentre outros. Alguns como trabalhadores *freelancer* ou informais, outros formalizados como terceirizados em órgãos públicos da gestão pública da cultura (secretarias municipais ou estaduais), funcionários de entes

1 A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). Theodor W. Adorno. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Atila 1985.

privados ligados à cultura e outros às vezes, como microempreendedores individuais (MEI) da cultura.

2 | INDÚSTRIAS CULTURAIS

Os primeiros estudos sobre a mercantilização da cultura aparecem no ano de 1947 na obra *Dialética do Esclarecimento*, uma reflexão de Adorno e Horkheimer. Vinte anos mais tarde, em 1962, Adorno publica um texto intitulado *A indústria cultural*, resultado de uma conferência radiofônica proferida neste mesmo ano na Alemanha, onde ele retoma e confirma suas percepções iniciais.

Com o objetivo de procurar estabelecer qual a influência das políticas culturais na composição do número de trabalhadores da cultura pretende-se, neste artigo, apresentar, a partir dos mais recentes dados oficiais: o número de trabalhadores formais na cultura no Brasil; o número de trabalhadores (a) informais na cultura; qual sua renda oficial. Qual seu nível de escolaridade?

Neste sentido cabe aqui fazermos uma breve explanação sobre o que os autores apontaram como relevante na análise da relação entre as políticas culturais e a indústria cultural.

O termo “indústria cultural” surgiu na Alemanha, em 1962. Theodor Adorno publica um texto intitulado *a indústria cultural*, resultado de uma conferência radiofônica proferida naquele mesmo ano. Vinte anos antes, Adorno e Horkheimer haviam publicado a *Dialética do Esclarecimento*, em cuja obra, os autores refletiram sobre a mercantilização da cultura. Esta obra foi publicada pela primeira vez em 1947, em Amsterdã, na Holanda.

Mais recentemente, Barbalho (2016) elabora um estudo intitulado *Política Cultural e Desentendimento* onde analisa, entre outros temas, a relação entre cultura e mercadoria e traça um panorama em torno da elaboração do termo indústria cultural na Alemanha da década de 1960. Na obra citada observa-se que Adorno e Horkheimer consideram que o problema a ser enfrentado é o da “cultura de massa”, defendida, segundo o autor, por seus adeptos, como “manifestação espontânea e contemporânea da arte e da cultura populares” (BARBALHO, 2016, p.18).

Neste sentido, Barbalho (2016) afirma que esses autores argumentam em suas obras que a cultura de sua época conferia a tudo um “ar de semelhança” e os elementos que a constituíam se organizavam de forma sistêmica, de modo que “cada setor é coerente em si mesmo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985 *apud* BARBALHO, 2016, p.19). Nesse modelo de cultura, há uma falsa identidade do universal e do particular, pois “sob o poder do monopólio, toda a cultura de massa é idêntica” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985 *apud* BARBALHO, 2016, p.19).

Segundo Barbalho (2016) isso aconteceria por conta das tecnologias e da concentração econômica e administrativa que caracterizavam a produção da cultura em massa. Para este autor, o cinema, o rádio e a fotografia: principais expressões da

cultura de massa nos anos 1940 já não precisavam se apresentar como “arte”, pois se assumiam como negócios industriais e seriam, assim “indústrias culturais”. E como tais, nelas as massas não se configuram como “fator primeiro”, mas secundário, “um elemento de cálculo; acessório da maquinaria”. O professor Alexandre Barbalho afirma que “o consumidor seria não o sujeito, mas apenas objeto, visto que as mercadorias da indústria cultural se orientam segundo princípios comerciais e não de conteúdo e estéticas.” (BARBALHO, 2016. p. 19).

Para realizarmos uma breve radiografia do trabalho na cultura e as influências das políticas culturais no Brasil nos depararemos com uma forte indústria da cultura de massas. Esta reúne muitos dos trabalhadores da cultura de maneira formal, pois assume todas as regras e normas da sociedade industrial moderna com seu mercado e estratégias de propaganda e marketing. Neste sentido iremos verificar através de tabelas e gráficos desenvolvidos pelo IPEA (2010) qual a composição do trabalho na cultura e sua interface com a Economia da cultura, seus indicadores e dados quantitativos, disponíveis até o momento atual.

3 I TRABALHADORES NA CULTURA: COMPOSIÇÃO E PERFIL SÓCIO ECONÔMICO

Em 2010 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realiza em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) um estudo cujo objetivo central foi o de obter um indicador sintético de nível municipal, a que se denominou *Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura (IDECULT)*. O propósito do IDECULT foi o de permitir uma visualização do desenvolvimento da economia da cultura em nível de cada município e de suas relações com outros índices – a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – e com outras variáveis, como renda, educação e esforço institucional – gasto público ou privado com cultura e presença de equipamentos. Gasto este que também pode ser caracterizado como política cultural, uma parte dela, ou sua parte pública e governamental. Neste artigo não iremos explorar os valores do IDECULT e sim a relação do emprego cultural com as políticas culturais e a renda financeira que delas advém.

3.1 Empregos Culturais

O documento do IPEA (2010) aponta que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) realiza decenalmente um censo demográfico. Essa pesquisa permite traçar uma visão relativamente completa do perfil socioeconômico da população brasileira – com representatividade para diversos níveis de agregação territorial –, das grandes regiões, das regiões metropolitanas (RM) e dos municípios. Os autores afirmam que neste estudo foi aproveitado o censo do IBGE para construir um mapa panorâmico das profissões culturais entendendo-as como relativas ao trabalho cultural.

O documento do IPEA (2010) como metodologia própria exclui os professores

de arte, “para os quais a desagregação do censo não é suficiente” (IPEA, 2010. p.40). Os dados apresentados oferecem uma descrição quantitativa e uma caracterização do emprego cultural nas profissões culturais, ou seja, as profissões do domínio das artes, dos espetáculos, do patrimônio, da publicidade, da arquitetura, das humanidades e das informações. Vemos que os dados das profissões da cultura podem trazer dados de trabalhadores mais relacionados ao campo da economia criativa em alguns casos como publicidade, arquitetura, moda etc. Pretende-se aqui focar somente nos trabalhadores estritamente relacionados às atividades culturais.

O documento do IPEA (2010) estabelece em relação à sua metodologia de composição dos dados que “à diferença do Cadastro Nacional de Atividades Culturais (CNAE), os dados do CBO apresentam profissões específicas da área cultural que podem ser exercidas em qualquer atividade econômica”. (IPEA, 2010. p. 42)

A agregação do estudo de Barbosa da Silva e Araújo (2010) foi feita com base nos 5.507 municípios brasileiros. Os dados foram organizados por unidades da Federação (UF). O objetivo central “é acompanhar o dinamismo cultural em níveis administrativos e políticos diferenciados de forma a consolidar uma visão de conjunto da cultura no Brasil, referindo sistematicamente indicadores que permitam visualizar e qualificar essa dinâmica”. (BARBOSADASILVA;ARAÚJO, 2010. p. 42) A caracterização que se segue é agregada para o Brasil e seus estados, no entanto iremos analisar principalmente os dados referentes à escolaridade e renda dos profissionais da cultura no Brasil, a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE no ano de 2000.

3.1.1 As mulheres e os brancos são maioria nas profissões culturais e representam 1,7% das ocupações nacionais

Segundo o estudo de Barbosa da Silva e Araújo (2010) no ano de 2000, “a cultura representava 1,7% das ocupações e montava 1,148 milhão de ocupações”. A distribuição pelos estados demonstra as heterogeneidades dos dinamismos locais, em que três deles (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) concentravam à época 49% das profissões culturais. Esta concentração ainda é (e foi) influenciada pelas desigualdades econômicas regionais e concentração no Sudeste do Produto Interno Bruto (PIB) em relação aos estados do Norte e Nordeste.

No documento do IPEA (2010) observa-se que a participação das profissões culturais no total das ocupações mostra que “Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, dos estados do Nordeste, têm participação acima da média nacional”, sendo que “Sergipe é igual a 1,7%, tal qual Minas Gerais, no Sudeste, e Santa Catarina, no Sul. Rio de Janeiro (2,4%), São Paulo (2,1%) e Brasília (2,1%), seguido pelo Rio Grande do Sul (1,9%), têm as maiores participações relativas da cultura no total de ocupações”. (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010. p. 42).

A tabela 1 apresenta essas características de forma detalhada e ainda apresenta a participação feminina e étnica – negros – na cultura.

TABELA 1
Profissões culturais – total, participação feminina e por etnia – Brasil, 2000

UF	Total cultura	UF do total (%)	Participação cultural nas ocupações totais (%)	Participação feminina na cultura	Participação de negros na cultura	Relação entre a participação feminina na cultura e no total	Relação entre a participação de negros na cultura e no total
Rondônia	4.950	0,4	0,9	39,7	49,7	1,25	0,88
Acre	1.455	0,1	0,8	26,8	64,7	0,78	0,93
Amazonas	10.252	0,9	1,2	28,1	66,3	0,79	0,90
Roraima	1.814	0,2	1,5	31,6	69,6	0,86	0,97
Pará	22.907	2,0	1,1	34,5	66,2	1,08	0,90
Amapá	1.768	0,2	1,2	31,3	64,3	0,87	0,89
Tocantins	4.232	0,4	1,0	29,6	60,3	0,89	0,88
Maranhão	21.259	1,9	1,1	45,9	69,8	1,36	0,95
Piauí	14.006	1,2	1,4	44,5	69,4	1,29	0,94

(Continua)

UF	Total cultura	UF do total (%)	Participação cultural nas ocupações totais (%)	Participação feminina na cultura	Participação de negros na cultura	Relação entre a participação feminina na cultura e no total	Relação entre a participação de negros na cultura e no total
Ceará	62.875	5,5	2,4	57,5	61,3	1,58	0,97
Rio Grande do Norte	15.078	1,3	1,7	45,2	48,3	1,25	0,84
Paraíba	21.552	1,9	1,8	44,8	54,3	1,24	0,93
Pernambuco	40.557	3,5	1,5	40,6	48,7	1,07	0,83
Alagoas	9.589	0,8	1,1	36,5	57,4	1,01	0,87
Sergipe	10.500	0,9	1,7	45,6	61,8	1,22	0,91
Bahia	60.726	5,3	1,3	38,6	66,2	1,05	0,89
Minas Gerais	119.757	10,4	1,7	45,9	34,6	1,23	0,77
Espírito Santo	19.088	1,7	1,5	46,8	42,1	1,22	0,86
Rio de Janeiro	131.041	11,4	2,4	44,1	29,4	1,09	0,67
São Paulo	313.531	27,3	2,1	40,5	17,7	1,04	0,64
Paraná	62.438	5,4	1,5	44,5	14,4	1,18	0,67
Santa Catarina	41.159	3,6	1,7	38,8	7,6	0,99	0,82
Rio Grande do Sul	84.370	7,3	1,9	43,8	8,1	1,08	0,69
Mato Grosso do Sul	10.902	0,9	1,3	37,6	35,2	1,06	0,81
Mato Grosso	10.742	0,9	1,1	36,5	47,4	1,12	0,88
Goiás	33.274	2,9	1,6	39,8	42,9	1,09	0,87
Distrito Federal	18.274	1,6	2,1	43,8	37,0	1,00	0,74
Total Brasil	1.148.096	100	2	42,8	32,9	1,13	0,76

Fonte: censo 2000/IBGE

Ao analisarmos os dados do estudo do IPEA (2010) constata-se que “a participação das mulheres nas profissões culturais é de 42,8%, enquanto essa mesma participação nas ocupações gerais era à época de 37,7%. Então, a participação das mulheres na cultura é cerca de 13% maior que na ocupação em geral”. (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010. p. 43).

Nos estados do Norte, a cultura era à época mais masculina que o resto do mercado de trabalho, exceto Pará, cuja concentração feminina estava abaixo da nacional, e Rondônia. Os estados das outras regiões brasileiras, com exceção de Santa Catarina, apresentavam à época sempre maior concentração de mulheres nas profissões culturais. Muitos deles apresentavam relação superior aos 13% nacional. Ceará, Maranhão e Piauí são à época, os três maiores. Segundo os autores do estudo do IPEA (2010) “a participação dos negros é menor (32,9%) na cultura que nas ocupações em geral (43,5%)”. Os autores do documento do IPEA (2010) asseguram que “embora em diversos estados, em especial Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a cultura seja constituída em grande medida por negros (pardos mais pretos), a participação é sempre menor que a contribuição dos negros nas ocupações em geral” (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010. p. 43). Quando analisamos o estudo do IPEA (2010) cabe destacarmos que “os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul são os que têm menor participação de negros, com relação aos ocupados em geral”. Esse “*branqueamento*”² do mercado de trabalho cultural pode estar relacionado à discriminação racial e ao racismo como fato social e herança histórica que marca fortemente a sociedade brasileira, “mas também às diferenças na escolaridade entre os grupos, uma vez que na cultura o nível de escolaridade é maior”. (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010. p. 44).

Os pesquisadores do IPEA (2010) afirmam categoricamente que “em mercados de trabalho em que há maior peso dos negros verifica-se comportamento semelhante para a participação dos negros na cultura”. Norte e Nordeste, estados com maior participação de negros no mercado de trabalho, têm maior participação também na cultura. A exceção a esta regra eram à época os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte com menores pesos relativos para os negros na cultura. “Por outro lado, os estados das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem menos negros nas ocupações, em geral, e na cultura, em particular”. (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010. p. 44).

3.1.2 O nível de escolaridade nas profissões culturais é maior

Segundo o estudo do IPEA (2010) “aproximadamente 25% das ocupações culturais são exercidas por pessoas com ensino superior. Portanto, o nível de formação é relativamente mais elevado quando comparado com os 10,7% dos ocupados com escolaridade superior”. (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010. p. 44). A pesquisa

² grifo dos autores

também aponta que a participação dos escolarizados com nível superior aumentara no ano 2000 nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, em que pode chegar ao dobro da participação nas ocupações no mercado formal em geral.

No Rio Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal, a participação de pessoas com esse nível de escolaridade aproxima-se de 38% a 40%; 35% e 39%, respectivamente. Apenas no Ceará, a participação é menor, em decorrência da presença das profissões artesanais com a presença de profissionais com menor escolarização.

A tabela 2 mostra essas características para cada um dos estados brasileiros.

UF	Ocupações gerais com superior (%)	Ocupações culturais com superior (%)	Relação participação de alta escolaridade na cultura e no total
Rondônia	4,9	7,9	1,62
Acre	6,2	10,5	1,70
Amazonas	6,1	14,7	2,43
Roraima	7,0	9,9	1,42
Pará	4,9	11,1	2,27
Amapá	6,9	6,9	1,00
Tocantins	5,2	10,1	1,93
Maranhão	3,0	5,7	1,90
Piauí	4,6	5,9	1,28
Ceará	6,4	5,9	0,92

(Continua)

			no total
lo Norte	8,4	14,7	1,75
	8,2	11,7	1,41
	8,9	19,7	2,20
	6,1	15,0	2,45
	6,6	10,5	1,60
	4,9	16,4	3,38
	9,0	18,1	2,02
o	8,3	19,6	2,36
o	16,2	38,2	2,36
	15,8	35,2	2,23
	11,2	25,4	2,28
na	10,4	23,0	2,21
lo Sul	12,5	27,1	2,17
do Sul	11,2	18,1	1,61
	8,4	16,7	1,99
	7,9	14,6	1,84

Tabela 2: Profissões culturais por nível de escolaridade - Brasil, 2000

Fonte: Censo 2000/IBGE

3.1.3 3.1.3 A renda média da cultura é maior que a do mercado de trabalho em geral

Apesar da defasagem relativa dos dados do documento do IPEA (2010), passamos a analisar a tabela 3 que apresenta a distribuição dos salários médios no mercado de trabalho em geral e no da cultura, no ano de 2000, quando o salário mínimo era de R\$ 151,00, sob o governo do neoliberal Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Uma primeira observação é que segundo os pesquisadores do IPEA (2010) “o salário na cultura era 53% superior ao do mercado em geral. Todos os estados, com exceção do Ceará e do Mato Grosso do Sul, remuneravam melhor, em média, os ocupados na cultura do que a média das demais ocupações”. (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010. p. 46)

Quanto à distribuição da renda, deve-se enfatizar que 05 (cinco) estados mais o Distrito Federal apresentava renda média superior a R\$ 723,00, (4,7 salários mínimos da época) em 2000. Apenas Mato Grosso e Ceará apresentaram rendas médias inferiores às das demais profissões não culturais. Segundo dados do IBGE (2000) o Distrito Federal oferecia a maior renda média (R\$ 1,4 mil ou 9,2 salários mínimos da época), seguido de São Paulo (R\$ 1,3 mil ou 8,6 salários mínimos da época) e Rio de Janeiro (R\$ 1,2 mil ou 7,9 salários mínimos da época). Observe-se que, com a

exceção dos dois estados já citados, todos os demais têm a renda média na cultura maior que nas demais profissões do mercado de trabalho formal em geral.

A tabela 3 mostra que **a participação da renda do trabalho na cultura correspondia a 2,7% da renda no Brasil**, sendo que, no Rio de Janeiro ela correspondia a 4% do total; em São Paulo, a 3,3%; e no Distrito Federal, a 3%. As demais colunas apresentam a renda média, a renda média das profissões culturais e a última, a relação entre as duas.

UF	Participação da renda do trabalho cultural no total	Renda média geral	Renda média cultura	Renda das ocupações culturais/ocupações gerais
Rondônia	1,16	502,9	643,8	1,28
Acre	1,33	419,1	708,1	1,69
Amazonas	1,69	450,0	636,8	1,41
Roraima	2,44	556,9	870,0	1,56
Pará	1,36	399,2	487,3	1,22
Amapá	1,44	565,7	663,6	1,17
Tocantins	1,49	395,1	577,1	1,46
Maranhão	1,42	243,0	306,2	1,26
Piauí	1,56	245,6	276,1	1,12
Ceará	2,29	317,5	292,5	0,92
Rio Grande do Norte	2,06	362,2	444,1	1,23
Paraíba	2,05	286,8	322,1	1,12
Pernambuco	2,70	378,2	657,3	1,74
Alagoas	1,53	307,2	435,4	1,42

(Continua)

(Continuação)

UF	Participação da renda do trabalho cultural no total	Renda média geral	Renda média cultura	Renda das ocupações culturais/ocupações gerais
Sergipe	1,99	335,0	382,9	1,14
Bahia	2,51	330,9	619,4	1,87
Minas Gerais	2,17	506,9	646,5	1,28
Espírito Santo	2,02	509,2	694,7	1,36
Rio de Janeiro	4,08	717,1	1.211,7	1,69
São Paulo	3,30	844,0	1.310,3	1,55
Paraná	2,13	592,9	806,8	1,36
Santa Catarina	2,26	602,2	780,9	1,30
Rio Grande do Sul	2,35	584,0	723,3	1,24
Mato Grosso do Sul	1,23	571,0	535,7	0,94
Mato Grosso	1,26	600,6	710,9	1,18
Goiás	2,16	548,0	727,4	1,33
Distrito Federal	3,03	1.082,3	1.498,5	1,38
Total Brasil	2,73	574,8	880,5	1,53

Neste período o Estado do Ceará apresentava uma relação de 0,92 da renda das ocupações culturais com relação às ocupações gerais e possuía, no ano 2000, uma renda média na cultura que representava 1,93 salários mínimos à época ou R\$ 292,50.

3.1.4 3.1.4 A precariedade e informalidade das relações de trabalho nas profissões culturais

O dado mais relevante a se destacar na pesquisa elaborada pelo IPEA (2010) é a situação, que ainda hoje em 2017 persiste - mesmo com a política dos editais a nível de estados e municípios e com o financiamento via *lei Rouanet* dos projetos artísticos culturais - que é a de precarização das relações de trabalho no âmbito da cultura, caracterizadas pelo alto nível de informalidade.

Segundo os autores “o trabalho informal refere-se às atividades assalariadas desempenhadas fora do arcabouço institucional instituído pelo Estado e abrange as atividades não assalariadas desenvolvidas por autônomos, quando não há separação clara entre propriedade do empreendimento e as atividades desenvolvidas”. (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010. p. 47)

O estudo do IPEA (2010) aponta que o setor informal gera empregos de baixa qualidade e remuneração, além de evasão de recursos pela via do descumprimento da lei. Este setor constituiu-se durante a década de 1990, **com variações, em aproximadamente 50% do mercado de trabalho brasileiro**. Neste estudo, o setor informal é, pelo número de ocupados sem carteira, autônomos ou não remunerados, dividido pelo total.

A tabela 4 mostra que o nível de informalidade nas profissões culturais (62,9%) é era nos anos 2000, 13% maior que no total (55,6%) das ocupações como um todo. Essa realidade é observada em todos os estados exceto em Roraima.

UF	Informalidade geral CBO (%)	Informalidade cultura CBO (%)	Relação informal cultura e geral
Rondônia	68,5	68,8	1,00
Acre	67,7	73,7	1,09
Amazonas	72,6	80,7	1,11
Roraima	77,1	74,7	0,97
Pará	78,0	83,9	1,08
Amapá	65,7	76,1	1,16
Tocantins	76,8	77,7	1,01
Maranhão	84,2	85,6	1,02
Piauí	81,2	85,2	1,05
Ceará	73,0	85,2	1,17
Rio Grande do Norte	65,2	75,6	1,16
Paraíba	73,9	81,9	1,11
Pernambuco	66,8	74,2	1,11
Alagoas	69,7	75,6	1,08
Sergipe	67,2	76,0	1,13
Bahia	69,7	74,0	1,06
Minas Gerais	54,0	65,6	1,21
Espírito Santo	58,2	67,0	1,15
Rio de Janeiro	45,5	55,4	1,22
São Paulo	40,8	52,0	1,28
Paraná	49,7	59,7	1,20
Santa Catarina	44,6	50,0	1,12
Rio Grande do Sul	47,5	55,0	1,16
Mato Grosso do Sul	59,6	74,3	1,25
Mato Grosso	64,0	71,2	1,11
Goiás	61,3	72,8	1,19
Distrito Federal	48,2	56,7	1,18
Total Brasil	55,6	62,9	1,13

Tabela 4: Profissões culturais - informalidades - Brasil, 2000

Fonte: Censo 2000/IBGE.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto histórico marcado pela eleição de um governo conservador e liberal, que extinguiu o Ministério da Cultura (MINC), transformando-o em uma secretaria ligada ao Ministério da Cidadania, com cortes de investimentos públicos e um forte movimento de criminalização dos artistas e de sua liberdade de criação; percebe-se que o levantamento de dados estatísticos sobre a situação socio econômica dos trabalhadores da Cultura ficará cada vez mais desatualizado. A aprovação da reforma da previdência coloca um desafio para os grupos e artistas individuais. Como garantir sua sobrevivência financeira, como garantir sua velhice com recursos suficientes para um envelhecer com dignidade.

Neste sentido, ressalta-se com a apresentação do presente artigo a urgente

necessidade do levantamento de dados atualizados pelo IBGE, sobre o número efetivo de trabalhadores da cultura, com o intuito de atualizarmos a informação de que a renda do emprego cultural representava no ano de 2000: 2,7 % da renda geral no Brasil. A pergunta que se impõem é, qual seria o percentual da renda dos empregos culturais em relação a renda dos empregos gerais do mercado de trabalho brasileiro?

As políticas culturais, executadas pelo poder público e pelo setor privado, portanto, são de fundamental importância para ampliar o acesso à cultura das camadas populares que residem em territórios de baixíssimo IDH como, por exemplo, o bairro Conjunto Palmeiras cujo IDH de 0,119 é o menor da cidade de Fortaleza.

Neste sentido deve-se fortalecer a política de editais ou chamadas públicas, assim como regulamentar a *Lei Rouanet*, ampliando o acesso de grupos artísticos dos bairros mais pobres dos municípios brasileiros.

Há, no entanto exemplos positivos como o Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ), equipamento cultural ligado à Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT) que fica localizado em outro bairro de Fortaleza, que ainda apresenta altos índices de violência e criminalidade com o assassinato da juventude negra da periferia de Fortaleza e que é alvo de políticas públicas do Estado do Ceará de forma integrada com ação de várias secretarias como SECULT, SEDUC e STDS- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Voltando à análise dos Trabalhadores da cultura, percebe-se que a ausência de censos específicos, dificulta sabermos quantos são os trabalhadores e profissionais que atuam em 2020 na cultura de forma informal como *freelances*. Que renda estes trabalhadores ou empreendedores culturais auferem? Supõem-se que é uma renda que oscila de acordo com a sazonalidade e precariedade deste tipo de trabalho que não assegura os mesmos direitos garantidos ao trabalhador com carteira assinada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **A indústria cultural**. In: COHN, Gabriel (org.). Theodor W. Adorno. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1986c. p.92-99.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
BARBALHO, Alexandre. **Política Cultural e Desentendimento**. Instituto Brasileiro de Direitos Culturais –IBDCult. Fortaleza, 2016.

BARBOSA DA SILVA, Frederico A.; ARAÚJO, Herton Ellery. **Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura (IDECULT)**. Brasília: IPEA, 2010

IBGE - Intuito Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Brasília, 2000.

SOBRE OS ORGANIZADORES:

AGLEILSON SOUTO BATISTA - Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Concluiu o Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (2019). Detém especialização em Planejamento e Gestão Estratégica pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) 2017. Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2008) Atualmente é Administrador da Universidade Federal Rural De Pernambuco, atuou como chefe da Seção de Compras e Contratos até outubro de 2019 e como Substituto eventual do Diretor Administrativo da Unidade Acadêmica de Serra Talhada até dezembro de 2018. Tem experiência nas áreas de Administração Geral, Logística, Finanças, Educação, Sustentabilidade e Administração Pública. Autor do livro “OBZ - Gerenciamento de Custos e Redução de Despesas: Um Estudo de Caso” pela editora Novas Edições Acadêmicas; e com publicações em periódicos e eventos nacionais e internacionais.

MARIA JAQUELINE DA SILVA MANDÚ - Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Concluiu o Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2019). Possui graduação em Letras (2009) e especialização em Letras e Literatura (2012) pela Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada, da Autarquia Educacional de Serra Talhada. A segunda graduação, Bacharelado em Administração, foi realizada pela Universidade Paulista (2020). Atualmente exerce o cargo de Técnica em Secretariado da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência nas áreas de Letras e Administração, com ênfase em Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: administração pública, gestão de pessoas, qualidade de vida no trabalho e sustentabilidade, com publicações em periódicos e eventos nacionais e internacionais.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América do Sul 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 20

B

Brasil 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 44, 45, 46, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 68

C

Candidatura 25, 33, 34, 40, 41, 42, 43, 45

Classe política 50, 51, 53

Conselhos de Vizinhança 23, 26

Cultural de Massa 56

D

Democracia 3, 5, 15, 17, 21, 25, 26, 28, 30, 31, 34, 35, 50, 52

Democracia Participativa 21

E

Economia da Cultura 56, 59, 68

Eleições Gerais 33, 34, 40, 42, 44

Empregos Culturais 59, 68

Estado 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 18, 22, 26, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 66, 68

Estado Tecnocrático 47, 52, 53, 55

G

Geopolítica 1, 2, 9, 18

Governança Eleitoral 33, 34, 35, 36, 38, 39, 44, 45, 46

Governo 2, 3, 6, 7, 10, 13, 15, 16, 18, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 35, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 64, 67

Governo FHC 7, 10

Governo Lula 2, 7, 10, 15, 18

Guerra Fria 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 16

H

Hemisfério Sul 1, 6, 11

I

IIRSA 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Impugnação de Candidaturas 33, 43, 45

Indústria 56, 57, 58, 59, 68

Informalidade 66

Institucionalização Partidária 26, 29

Instituições 5, 7, 9, 12, 14, 15, 17, 21, 23, 25, 26, 30, 35, 48, 52

Instituições Participativas 21, 26, 30

Integração Regional 1, 3, 5, 10, 12, 13, 17, 20

J

Justiça Eleitoral 33, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46

M

Montevideu 21, 22, 23, 26

Movimentos Sociais 50, 51, 53

Mulheres 60, 62

N

Nível de Escolaridade 58, 62, 63, 64

O

Organização 5, 6, 7, 10, 14, 22, 23, 24, 26, 29, 34, 38, 39, 47, 48, 50, 57, 59

P

Paraíba 33, 34, 40, 41, 42, 44, 45, 60

Partidos 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 51, 53, 57

Política 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 39, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 68, 69

Políticas Culturais 56, 58, 59, 68

Porto Alegre 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 32

R

Renda 56, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 68

S

Sistema Eleitoral 22, 23, 25, 26, 29, 35

Sistema Partidário 22, 23, 25, 26

Sistema Político 23, 24, 25

Sociedade 13, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 47, 48, 53, 55, 59, 62

T

Técnica 18, 47, 48, 53, 54, 55, 69

Tecnocracia 47, 48, 52, 53, 54, 55

Trabalhadores da Cultura 56, 58, 59, 68

 **Atena**
Editora

2 0 2 0